

**Companhia de Seguros do Estado  
de São Paulo – COSESP**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório da Administração	3
Parecer atuarial	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações de resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

**Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – COSESP**  
**Relatório da Administração – 2013**

Em 2013, foram adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

Neste contexto, a Administração visando às obrigações futuras da Companhia, focou no aprimoramento dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais e na rígida adequação do nível das provisões técnicas através do acréscimo de reservas, sendo esses os fatores determinantes para o prejuízo registrado no exercício de 2013.

Em termos patrimoniais, a Cosesp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o exercício com Patrimônio Líquido de R\$ 177,6 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 300,5 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), janeiro de 2014.

**A Administração**

## PARECER ATUARIAL

**ANO-BASE: 2013**

**AOS DIRETORES E ACIONISTAS DA**


**COSESP - COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Em conformidade com o disposto na Resolução CNSP ° 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP n° 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas dos ramos de seguro operacionalizados pela COSESP – Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, constituídas em 31/12/2013, de acordo com a Circular SUSEP n° 462/2013, consolidada em Julho/2013.
2. Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com metodologias atuariais internacionalmente aceitas e aderentes à legislação em vigor, tendo como objetivo a determinação dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos eventos já ocorridos e que ainda irão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor na data-base analisada, independentemente da emissão de novos prêmios. Especificamente com relação à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), a Companhia adotou metodologia considerando os sinistros conhecidos a partir de 2008, o que representam 72 meses de base estatística e que, em nosso entendimento, suficiente para a apuração desta provisão.
3. Os resultados apurados na Avaliação Atuarial e no Teste de Apuração de Passivo (TAP) demonstram que as provisões técnicas contabilizadas na data-base analisada estão adequadas, inclusive a provisão de insuficiência de prêmios constituída, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.
4. Recomendamos, entretanto, melhoria dos processos de registros dos sinistros judiciais, em especial com datas de aviso anteriores a 2008 pois, embora a base estatística utilizada para o cálculo da Provisão de IBNER seja de 72 meses, o que consideramos estatisticamente suficiente, o prazo médio para conclusão dos processos judiciais no Brasil gira em torno de 5 a 8 anos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2014.

**Exacttus Consultoria Atuarial Ltda.**  
CNPJ n° 08.401.127/0001-03

CIBA n° 111



**Miki Massui**  
Atuária MIBA n° 825

**COSESP – Companhia de Seguros  
do Estado de São Paulo**

**Gilberto Antonio Gonçalves Pucci**  
Diretor Técnico  
Atuário Responsável Técnico  
MIBA n°1044



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Base para opinião com ressalva**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 462/2013, a Companhia constitui, em 31 de dezembro de 2013, a Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 6.639 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia técnica atuarial que não considerou os sinistros conhecidos anteriores a 2008. Conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a necessidade de incremento da referida provisão.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### **Ênfases**

##### **Continuidade**

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007 a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

**Contratos de seguro em discussão judicial**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma Provisão Complementar de Cobertura que monta em 31 de dezembro de 2013 a R\$ 4.324 mil. Essa provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instâncias. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0



**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 e 1º DE JANEIRO DE 2012**  
**(Em R\$ mil)**

ATIVO	Nota Expli- cativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	PASSIVO	Nota Expli- cativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>315.279</b>	<b>322.765</b>	<b>353.435</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>31.552</b>	<b>25.271</b>	<b>26.767</b>
Disponível .....		12.885	12.883	7.716	Contas a Pagar.....		1.082	1.566	1.706
Caixa e Bancos .....		147	164	48	Obrigações a Pagar.....	12.1	260	354	695
<b>Equivalente de Caixa</b> .....	5	<b>12.738</b>	<b>12.719</b>	<b>7.668</b>	Impostos e Encargos Sociais a Recolher .....	12.2	268	284	409
Aplicações .....	5	300.761	307.788	343.837	Encargos Trabalhistas .....	12.3	554	649	599
<b>Créditos das Operações com Seguros e</b>					Impostos e Contribuições .....	12.4	0	279	3
<b>Resseguros</b> .....		<b>1.005</b>	<b>1.300</b>	<b>922</b>	<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b> ....	<b>13</b>	<b>446</b>	<b>197</b>	<b>175</b>
Prêmios a Receber .....	6.1	149	136	121	Prêmios a Restituir .....		9	4	1
Operações com Seguradoras .....	6.4	784	827	652	Operações com Resseguradoras .....		1	17	0
Operações com Resseguradoras .....	6.6	72	337	149	Corretores de Seguros e Resseguros.....		76	79	79
<b>Outros Créditos Operacionais</b> .....		<b>12</b>	<b>32</b>	<b>9</b>	Outros Débitos Operacionais.....		360	97	95
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	7	<b>116</b>	<b>131</b>	<b>249</b>	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14</b>	<b>30.024</b>	<b>23.508</b>	<b>24.886</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>342</b>	<b>443</b>	<b>498</b>	Danos.....		4.224	2.366	3.240
Títulos e Créditos a Receber .....	8.3	302	319	267	Pessoas .....		25.800	21.142	21.646
Créditos Tributários e Previdenciários .....	8.1	0	70	97	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>206.991</b>	<b>212.965</b>	<b>249.824</b>
Outros Créditos .....	8.3	40	54	134	Contas a Pagar.....		768	970	1.172
<b>Outros Valores e Bens</b> .....		<b>148</b>	<b>176</b>	<b>191</b>	Tributos Diferidos.....	15	768	970	1.172
Bens a Venda.....		126	139	156	<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	<b>14.2</b>	<b>169.617</b>	<b>176.730</b>	<b>201.071</b>
Outros Valores.....		22	37	35	Danos.....		50.587	51.493	56.323
<b>Despesas Antecipadas</b> .....		<b>10</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	Pessoas .....		119.030	125.237	144.748
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b> .....		<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	Outros Débitos.....	<b>16</b>	<b>36.606</b>	<b>35.265</b>	<b>47.581</b>
Seguros.....		0	2	1	Provisões Judiciais .....		36.606	35.265	47.581
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>100.866</b>	<b>112.733</b>	<b>135.200</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>18</b>	<b>177.602</b>	<b>197.262</b>	<b>212.044</b>
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b> .....	7	<b>10.604</b>	<b>10.981</b>	<b>11.515</b>	Capital Social.....		120.000	120.000	120.000
<b>Títulos e Créditos a Receber</b> .....		<b>82.943</b>	<b>92.127</b>	<b>113.596</b>	Reservas de Lucros.....		57.723	86.292	101.332
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8.1	320	310	164	(-) Ações em Tesouraria.....		(114)	(114)	(114)
Depósitos Judiciais e Fiscais .....	8.2	82.441	91.130	112.829	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....		(7)	(7)	(7)
Outros Créditos a Receber.....	8.3	182	687	603	Prejuízos acumulados.....		0	(8.909)	(9.167)
<b>INVESTIMENTOS</b> .....	9	<b>5.114</b>	<b>7.068</b>	<b>7.530</b>					
Participações Societárias.....		-	1.491	1.491					
Imóveis Destinados à Renda.....		5.114	5.577	6.039					
<b>IMOBILIZADO</b> .....	10	<b>1.997</b>	<b>2.220</b>	<b>2.076</b>					
Imóveis de Uso Próprio .....		1.513	1.650	1.788					
Bens Móveis .....		484	570	288					
<b>DIFERIDO</b> .....	11	<b>208</b>	<b>337</b>	<b>483</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>416.145</b>	<b>435.498</b>	<b>488.635</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>416.145</b>	<b>435.498</b>	<b>488.635</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.





COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em R\$ Mil, exceto o Prejuízo Líquido por Ação)

	Nota Explica tiva	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios Emitidos .....	19	1.577	1.755
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios.....	20	2.184	2.953
Prêmios Ganhos.....		3.761	4.708
Sinistros Ocorridos.....	21	(32.846)	(21.738)
Custos de Aquisição.....		2	1
Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	22	(469)	(13.908)
Resultado com Resseguro.....		(164)	(350)
Despesas Administrativas.....	23	(8.838)	(10.038)
Despesas com Tributos.....	24	(902)	(948)
Resultado Financeiro.....	25	8.500	25.154
Resultado Patrimonial.....	26	1.414	1.314
Resultado Operacional.....		(29.542)	(15.805)
Ganhos com ativos não correntes.....	27	9.742	878
Resultado Antes dos Impostos e Participações.....		(19.800)	(14.927)
Imposto de Renda.....	29	126	126
Contribuição Social.....	29	76	76
Participações sobre o Resultado.....		(62)	(57)
Prejuízo Líquido do Exercício.....		(19.660)	(14.782)
Quantidade de Ações .....		120.000	120.000
Prejuízo Líquido do Exercício por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$ .....		(163,83)	(123,18)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
(Em R\$ Mil)

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo líquido do Exercício.....	(19.660)	(14.782)
Total do Prejuízo Abrangente do Exercício.....	(19.660)	(14.782)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em R\$ mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 publicado</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>90.593</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>0</b>	<b>221.211</b>
Reapresentação de saldos contábeis (nota 2)	0	0	0	0	0	(9.167)	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 (ajustado)</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>90.593</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>(9.167)</b>	<b>212.044</b>
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(14.782)	(14.782)
Transferência entre Reservas	0	0	(15.040)	0	0	15.040	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>75.553</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>(8.909)</b>	<b>197.262</b>
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(19.660)	(19.660)
Transferência entre Reservas	0	0	(28.569)	0	0	28.569	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>46.984</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>0</b>	<b>177.602</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo Líquido do exercício</b>	(19.660)	(14.782)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	920	862
Ganho na alienação de Imobilizado / Investimentos	(9.055)	(35)
Outros Ajustes	2	0
<b>Variações nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações Financeiras	7.026	36.049
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	314	(399)
Ativos de Resseguros	392	652
Créditos Tributários e Previdenciários	61	(119)
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.689	21.699
Despesas Antecipadas	0	2
Custos de Aquisição Diferidos	2	(1)
Outros Ativos	566	(42)
Contas a Pagar	(687)	(341)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	249	22
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(597)	(25.719)
Provisões Judiciais	1.341	(12.316)
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>(10.437)</b>	<b>5.530</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Recebimento pela alienação:		
Investimentos	10.531	0
Imobilizado	16	35
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(109)	(398)
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>10.438</b>	<b>(364)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>2</b>	<b>5.167</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.883	7.716
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	12.885	12.883
<b>Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>2</b>	<b>5.167</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(em R\$ mil)**

**1. Contexto operacional**

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (“Companhia” ou “COSESP”) é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.

Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as

demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subseqüentemente extinta.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2014.

## **2. Critérios de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP n° 464.

### **Reapresentação das informações correspondentes**

As informações correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente emitidas em 31 de janeiro de 2013 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), pelos seguintes motivos:

- i) montantes que atendem a definição de caixa e equivalente de caixa, conforme nota 3.2, foram reclassificadas da rubrica “Aplicações Financeiras” para a rubrica “Equivalente de Caixa”.
- ii) a Companhia passou a constituir Provisão de Despesas Relacionadas – PDR para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

iii) Tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP nº 464/2013, a Companhia optou por apresentar a demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto.

Abaixo demonstramos os ajustes feitos ao balanço patrimonial e demonstração do resultado originalmente apresentados:

ATIVO	31/12/2012			2011 (01/01/2012)		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos ajustados	Saldos publicados 31/12/2011	Saldos reclassificados	Saldos ajustados
CIRCULANTE .....	322.765	0	322.765	353.435	0	353.435
Disponível .....	164	12.719	12.883	48	7.668	7.716
Caixa e Bancos .....	164	0	164	48	0	48
Equivalente de Caixa .....	0	12.719	12.719	0	7.668	7.668
Aplicações .....	320.507	(12.719)	307.788	351.505	(7.668)	343.837
ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	112.733	0	112.733	135.200	0	135.200
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.981	0	10.981	11.515	0	11.515
Títulos e Créditos a Receber.....	92.127	0	92.127	113.596	0	113.596
INVESTIMENTOS.....	7.068	0	7.068	7.530	0	7.530
IMOBILIZADO.....	2.220	0	2.220	2.076	0	2.076
DIFERIDO.....	337	0	337	483	0	483
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>	<b>435.498</b>	<b>0</b>	<b>435.498</b>	<b>488.635</b>	<b>0</b>	<b>488.635</b>

PASSIVO	31/12/2012			2011 (01/01/2012)		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos ajustados	Saldos publicados 31/12/2011	Saldos reclassificados	Saldos ajustados
CIRCULANTE .....	25.271	0	25.271	26.767	0	26.767
PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	204.056	8.909	212.965	240.657	9.167	249.824
Contas a Pagar.....	970	0	970	1.172	0	1.172
Provisões Técnicas - Seguros .....	167.821	8.909	176.730	191.904	9.167	201.071
Danos.....	48.925	2.568	51.493	53.942	2.381	56.323
Pessoas.....	118.896	6.341	125.237	137.962	6.786	144.748
Outros Débitos.....	35.265	0	35.265	47.581	0	47.581
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	206.171	(8.909)	197.262	221.211	(9.167)	212.044
Capital Social.....	120.000	0	120.000	120.000	0	120.000
Reservas de Lucros.....	86.292	0	86.292	101.332	0	101.332
(-) Ações em Tesouraria.....	(114)	0	(114)	(114)	0	(114)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	(7)	0	(7)	(7)	0	(7)
Prejuízos Acumulados.....	0	(8.909)	(8.909)	0	(9.167)	(9.167)
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>	<b>435.498</b>	<b>0</b>	<b>435.498</b>	<b>488.635</b>	<b>0</b>	<b>488.635</b>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2012		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos ajustados
Prêmios Emitidos .....	1.755	0	1.755
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	2.695	258	2.953
<b>Prêmios Ganhos.....</b>	<b>4.450</b>	<b>258</b>	<b>4.708</b>
Sinistros Ocorridos.....	(21.738)	0	(21.738)
Custos de Aquisição.....	1	0	1
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(13.908)	0	(13.908)
Resultado com Resseguro.....	(350)	0	(350)
Despesas Administrativas.....	(10.038)	0	(10.038)
Despesas com Tributos.....	(948)	0	(948)
Resultado Financeiro.....	25.154	0	25.154
Resultado Patrimonial.....	1.314	0	1.314
<b>Resultado Operacional.....</b>	<b>(16.063)</b>	<b>258</b>	<b>(15.805)</b>
Ganhos com ativos não correntes.....	878	0	878
<b>Resultado Antes dos Impostos e Participações</b>	<b>(15.185)</b>	<b>258</b>	<b>(14.927)</b>
Imposto de Renda.....	126	0	126
Contribuição Social.....	76	0	76
Participações sobre o Resultado.....	(57)	0	(57)
<b>Prejuízo Líquido do Exercício.....</b>	<b>(15.040)</b>	<b>258</b>	<b>(14.782)</b>

## 2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, é o Real (R\$).

## 2.2 Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 – Contratos de seguros; 3.3 e 5 – Instrumentos financeiros; 7 – Créditos tributários e previdenciários, 14 – Provisões técnicas e 17 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre

julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

#### **3.1 Contratos de seguros**

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

#### **3.2 Caixa e equivalente de caixa**

Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculados à cobertura de provisões técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **3.3 Instrumentos financeiros**

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

### **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante independentemente do vencimento dos títulos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

### **ii) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis. O critério para constituição para perda ao valor recuperável dos prêmios de seguros é de 60 dias de atraso.

### **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Incluem-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias anteriores.

O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria é ajustado ao valor justo, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas não realizados registrados em conta do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda desses títulos.

#### **iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os prêmios oriundos a contratos de seguros, uma provisão ao valor recuperável é constituída para os prêmios vencidos e não recebidos após 60 dias.

#### **v) Valor justo dos ativos financeiros**

As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do tesouro nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço que tem seu valor justo apurado a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

### **3.4 Créditos Tributários e previdenciários**

Os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras intermediárias.

A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em atendimento a Circular SUSEP nº 464/2013.

### **3.5 Ativos de resseguros**

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB-Brasil Re.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, para os créditos não recebidos após 180 dias. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.

### **3.6 Ativos não circulantes**

#### **i) Investimentos**

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

#### **ii) Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As taxas utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: Imóveis de uso e destinados à renda 25 (vinte e cinco) anos; Móveis, utensílios, máquinas

e equipamentos 10 (dez) anos; e Equipamentos de informática e Veículos 5 (cinco) anos.

### **iii) Ativo Diferido**

O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.

## **3.7 Provisões técnicas**

### **i) Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

É calculada em base “*pró-rata*” dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

### **ii) Provisão Complementar de Cobertura – PCC**

A Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:

- a) O primeiro está composto por apólices com ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
- b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia (Grupo B).

O cálculo para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 31 de dezembro de 2013 em R\$ 1.501 (R\$ 2.790 em 2012).

A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase de discussão no judiciário, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia, representa a projeção dos prêmios à receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 31 de dezembro de 2013 R\$ 2.823 (R\$ 4.829 em 2012), reconhecida em razão de incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tabela de mortalidade BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cônjuge;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente;
- ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistente premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção este grupo de apólices até sua extinção.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGPM.

### **iii) Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente.

De forma a complementar a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013 e, a Companhia passou a mensurar os sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) que poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A metodologia considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 01/01/2008.

### **iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

### **v) Provisão de Despesas Relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fazer frente à cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de sinistros. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013.



### **3.8 Teste de adequação de passivos – TAP**

A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP n° 457/2012.

O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2013, apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão de Complementar de Cobertura (PCC).

### **3.9 Passivos financeiros**

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

### **3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

#### **i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

#### **ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas

possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

### **iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **3.11 Patrimônio Líquido**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.12 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

## **4. Gerenciamento de risco**

### **4.1 Risco de subscrição**

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos em função de decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

### **4.2 Risco operacional**

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

#### 4.3 Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº. 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COSESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BBB" pela Agência Fitch".

#### 4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR (Value at Risk)* divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

<b>Data</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>VaR</b>	<b>VaR (%)</b>
31/12/2013	313.381	14	0,0043%

<b>Data</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>VaR</b>	<b>VaR (%)</b>
31/12/2012	320.384	20	0,0063%

#### **4.5 Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>			
	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>Prazo indeterminado</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	12.885	-	-	12.885
Aplicações	300.548	-	213	300.761
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>313.433</b>	<b>-</b>	<b>213</b>	<b>313.646</b>
Contas a Pagar	528	554	-	1.082
Débitos de Operações com Seguros	318	-	128	446
Provisões Técnicas de Seguros	30.024	-	169.617	199.641
Provisões Judiciais	0	-	36.606	36.606
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>30.870</b>	<b>554</b>	<b>206.351</b>	<b>237.775</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>282.563</b>	<b>(554)</b>	<b>(206.138)</b>	<b>75.871</b>

<b>Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2012</b>			
	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>Prazo indeterminado</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	12.883	-	-	12.883
Aplicações	307.621	-	167	307.788
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>320.504</b>	<b>-</b>	<b>167</b>	<b>320.671</b>
Contas a Pagar	917	649	-	1.566
Débitos de Operações com Seguros	22	-	175	197
Provisões Técnicas de Seguros	23.508	-	176.730	200.238
Provisões Judiciais	0	-	35.265	35.265
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>24.447</b>	<b>649</b>	<b>212.170</b>	<b>237.266</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>296.057</b>	<b>(649)</b>	<b>(212.003)</b>	<b>83.405</b>

#### **4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido**

Nos termos das Resoluções CNSP 280/2013, 282/2013, 283/2013, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivalente ao maior valor entre o capital base, o capital de risco e a margem de solvência. Até que

o CNSP regule o capital adicional pertinente ao risco de mercado a Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>
(+) Patrimônio Líquido	177.602
(- ) Despesas Antecipadas	10
(- ) Ativo Diferido	208
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>177.384</b>
a) Prêmios Retidos - últimos 12 meses (0,20)	315
b) Sinistros Retidos - últimos 36 meses (0,33)	8.160
<b>Margem de Solvência - a ou b, o maior (I)</b>	<b>8.160</b>
<b>Capital base (II)</b>	<b>15.000</b>
(+) Capital adicional de risco de subscrição	4.575
(+) Capital adicional de risco de crédito	7.188
(+) Capital adicional de risco operacional	331
(- ) Deflator em função da correlação entre os riscos	1.493
<b>Capital adicional (III)</b>	<b>10.601</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre I, II e III</b>	<b>15.000</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>162.384</b>

#### 4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na

melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

### **i) Adequação de Passivo**

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão de Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	133	133
Taxa de juros	- 1,0%	(143)	(143)

### **ii) Investimentos**

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de juros	+1,0%	1.260	1.260
Taxa de juros	- 1,0%	(1.265)	(1.265)

### **iii) Sinistros**

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.



Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2013	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	+10,0%	(773)	(773)
Redução dos Sinistros Retidos	- 10,0%	801	801

#### **5. Ativos Financeiros – aplicações financeiras e equivalente de caixa**

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

**i) Valor justo por meio do resultado:**

Títulos	Vencimento (3)		31/12/2013	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>250.402</b>	<b>62.884</b>	<b>313.286</b>	<b>314.023</b>
LFT	1.014	37.349	38.363	38.380
LTN	15.994	25.554	41.548	42.266
NTN	2.436	0	2.436	2.457
Operações compromissadas (1)	230.998	0	230.998	230.998
Contratos de mercados futuros (2)	0	(19)	(19)	(19)
Tesouraria e contas a pagar	(40)	0	(40)	(59)
<b>Outras Aplicações (3)</b>	<b>213</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>	<b>250.615</b>	<b>62.884</b>	<b>313.499</b>	<b>314.236</b>

Títulos	Vencimento (3)		31/12/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>282.680</b>	<b>37.660</b>	<b>320.340</b>	<b>320.384</b>
LFT	243.912	20.303	264.215	320.384
LTN	0	14.923	14.923	
NTN	0	2.434	2.434	
Operações compromissadas (1)	38.768	0	38.768	
<b>Outras Aplicações (3)</b>	<b>167</b>	<b>0</b>	<b>167</b>	<b>167</b>
<b>Total</b>	<b>282.847</b>	<b>37.660</b>	<b>320.507</b>	<b>320.551</b>

Títulos	Vencimento (3)		01/01/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>131.733</b>	<b>219.578</b>	<b>351.311</b>	<b>351.309</b>
LFT	123.604	219.578	343.182	351.309
Operações compromissadas (1)	8.217	0	8.217	
Tesouraria e contas a pagar	(88)	0	(88)	
<b>Outras Aplicações (3)</b>	<b>194</b>	<b>0</b>	<b>194</b>	<b>194</b>
<b>Total</b>	<b>131.927</b>	<b>219.578</b>	<b>351.505</b>	<b>351.503</b>

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

(2) Associado as operações com os títulos públicos, especificamente a LTN – Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

(3) Fundos retidos do IRB.

### 5.1 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

i) **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

ii) **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii) **Nível 3** – Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao valor justo por meio do resultado e equivalente de caixa	31/12/2013 Nível 2	31/12/2012 Nível 2
Fundos de Investimentos - Exclusivo	313.286	320.340
Outras Aplicações	213	167
<b>Total</b>	<b>313.499</b>	<b>320.507</b>

### 5.2 Aplicações financeiras e equivalente de caixa – movimentação

Título	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2013
Quotas de Fundos de Investimentos	320.340	20.000	(50.692)	23.638	313.286
Outras Aplicações	167	46	0	0	213
<b>Total</b>	<b>320.507</b>	<b>20.046</b>	<b>(50.692)</b>	<b>23.638</b>	<b>313.499</b>

Título	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2012
Quotas de Fundos de Investimentos	351.311	1.900	(60.023)	27.152	320.340
Outras Aplicações	194	0	(27)	0	167
<b>Total</b>	<b>351.505</b>	<b>1.900</b>	<b>(60.050)</b>	<b>27.152</b>	<b>320.507</b>

## 6. Créditos das operações com seguros e resseguros

### 6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Vida em Grupo	701	(557)	144	680	(549)	131
Outros	28	(23)	5	28	(23)	5
<b>Total - Circulante</b>	<b>729</b>	<b>(580)</b>	<b>149</b>	<b>708</b>	<b>(572)</b>	<b>136</b>

### 6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Vencidos	647	636
A vencer entre 1 e 30 dias	82	72
<b>Total - Circulante</b>	<b>729</b>	<b>708</b>

### 6.3 Movimentação dos prêmios a receber

<b>Prêmios pendentes em 01.01.2012</b>	<b>677</b>
Prêmios emitidos	2.102
Prêmios recebidos / baixados	(1.784)
Prêmios cancelados	(287)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2012</b>	<b>708</b>
Prêmios emitidos	1.859
Prêmios recebidos / baixados	(1.721)
Prêmios cancelados	(117)
<b>Prêmios pendentes em 31.12.2013</b>	<b>729</b>

### 6.4 Operações com seguradoras

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros a recuperar	1.170	(386)	784	827	0	827
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.170</b>	<b>(386)</b>	<b>784</b>	<b>827</b>	<b>0</b>	<b>827</b>

### 6.5 Movimentação das operações com seguradoras

<b>Operações com seguradoras pendentes em 01.01.2012</b>	<b>732</b>
Valores a recuperar	7.947
Valores recebidos / baixados	(7.852)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>827</b>
Valores a recuperar	5.709
Valores recebidos / baixados	(5.366)
<b>Operações com seguradoras pendentes em 31.12.2013</b>	<b>1.170</b>

## 6.6 Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2013			31/12/2012		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Valores a Receber Líquido
Sinistros pagos	710	(638)	72	1.242	(905)	337
<b>Total - Circulante</b>	<b>710</b>	<b>(638)</b>	<b>72</b>	<b>1.242</b>	<b>(905)</b>	<b>337</b>

## 6.7 Movimentação das operações com resseguradoras

<b>Operações com resseguradoras pendentes em 01.01.2012</b>	<b>678</b>
Valores a recuperar	893
Valores recebidos / baixados	(329)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2012</b>	<b>1.242</b>
Valores a recuperar	271
Valores recebidos / baixados	(803)
<b>Operações com resseguradoras pendentes em 31.12.2013</b>	<b>710</b>

## 6.8 Movimentação da provisão para riscos de crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para riscos de créditos			
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>556</b>	<b>80</b>	<b>529</b>	<b>1.165</b>
Provisões constituídas	32	-	456	488
Reversão de perdas	(16)	(80)	(80)	(176)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>572</b>	<b>-</b>	<b>905</b>	<b>1.477</b>
Provisões constituídas	38	386	150	574
Reversão de perdas	(30)	-	(417)	(447)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>580</b>	<b>386</b>	<b>638</b>	<b>1.604</b>

## 7. Ativos de resseguros – provisões técnicas

Descrição	Valores a Receber	
	31/12/2013	31/12/2012
Recuperação de sinistros - sinistros pendentes	10.615	10.986
Recuperação de sinistros - IBNR	105	126
<b>Total</b>	<b>10.720</b>	<b>11.112</b>
<b>Circulante</b>	<b>116</b>	<b>131</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.604</b>	<b>10.981</b>

Os valores a receber registrados na rubrica "Ativos de resseguros – provisões técnicas" referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB – Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Assim como as obrigações

registradas na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar no passivo não circulante, os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

## 8. Títulos e créditos a receber

### 8.1 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	0	70
Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL	27.679	17.117
PIS a compensar	156	146
Créditos Previdenciários	164	164
(-) Redução ao Valor Recuperável	(27.679)	(17.117)
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>380</b>
<b>Circulante</b>	<b>0</b>	<b>70</b>
<b>Não circulante</b>	<b>320</b>	<b>310</b>

O saldo referente à PIS a compensar decorre de crédito habilitado pela RFB – Receita Federal do Brasil, oriundo de ação judicial, na qual a Companhia questiona a legalidade da majoração da base de cálculo, introduzida pela Lei nº 9.718/1998.

A Companhia mantém registro de crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) relativos aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, cujo total monta R\$ 27.679. Em atendimento à Circular SUSEP nº 464/2013, a provisão de mesmo valor é constituída.



## 8.2 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Sinistros	Cíveis e outros	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>75.680</b>	<b>18.458</b>	<b>14.187</b>	<b>4.504</b>	<b>112.829</b>
Depósitos no período	18.181	11.268	-	185	29.634
Baixa / levantamentos no período	(42.120)	(14.166)	-	(954)	(57.240)
Atualização monetária	3.715	884	879	429	5.907
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>55.456</b>	<b>16.444</b>	<b>15.066</b>	<b>4.164</b>	<b>91.130</b>
Depósitos no período	20.359	5.851	-	862	27.072
Baixa / levantamentos no período	(33.745)	(4.139)	-	(3.053)	(40.937)
Atualização monetária	2.992	1.061	792	331	5.176
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>45.062</b>	<b>19.217</b>	<b>15.858</b>	<b>2.304</b>	<b>82.441</b>

A baixa / levantamento dos depósitos judiciais decorre do trânsito em julgado dos processos judiciais convertidos em pagamentos ao autor ou levantamento desses recursos a favor da Companhia.

## 8.3 Títulos e créditos a receber e outros créditos a receber

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	40	53
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador	-	592
Créditos operacionais diversos em processos judiciais	17.871	23.239
Outros créditos a receber	770	623
Provisão para riscos de créditos	(18.157)	(23.447)
<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>1.060</b>
<b>Circulante</b>	<b>342</b>	<b>373</b>
<b>Não circulante</b>	<b>182</b>	<b>687</b>

## 9. Investimentos

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2013	31/12/2012
Participações Societárias		-	1.491
Imóveis Destinados à Renda	4%	14.858	14.858
(-) Depreciação		(9.744)	(9.281)
Outros Investimentos		649	649
(-) Provisão para Desvalorização		(649)	(649)
<b>Total</b>		<b>5.114</b>	<b>7.068</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/01/2013, foi deliberada à conversão das ações preferenciais em ordinárias do IRB.

A conversão das ações preferenciais em ordinárias faculta, aos atuais acionistas preferenciais, o exercício do direito de retirada da sociedade, conforme disposto no artigo 137, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

A Companhia exerceu o direito de retirada do capital do IRB pelo montante de R\$ 10.531, reconhecendo um ganho na transação de R\$ 9.040 reconhecido na rubrica “Ganhos com ativos não correntes”.

### 9.1 Movimentação do ativo não circulante – Investimentos

Descrição	Saldo residual 31/12/2012	Baixas	Depreciação	Saldo residual 31/12/2013
Participações Societárias	1.491	(1.491)	-	-
Imóveis Destinados à Renda	5.577	-	(463)	5.114
<b>Total</b>	<b>7.068</b>	<b>(1.491)</b>	<b>(463)</b>	<b>5.114</b>

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2013	31/12/2012
Imóveis de uso próprio	4%	4.402	4.402
(-) Depreciação		(2.889)	(2.752)
Equipamentos de Informática	20%	2.043	2.739
(-) Depreciação		(1.732)	(2.345)
Sistemas Aplicativos	20%	2.506	2.397
(-) Depreciação		(2.417)	(2.394)
Equipamentos - Outros	10%	406	584
(-) Depreciação		(400)	(538)
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	787	900
(-) Depreciação		(737)	(812)
Veículos	20%	123	123
(-) Depreciação		(95)	(84)
<b>Total</b>		<b>1.997</b>	<b>2.220</b>

### 10.1 Movimentação do ativo não circulante – Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31/12/2012	Aquisições	Depreciação	Saldo residual 31/12/2013
Imóveis de uso próprio	1.651	-	(138)	1.513
Equipamentos de Informática	393	-	(83)	310
Sistemas Aplicativos	2	109	(23)	88
Equipamentos - Outros	48	-	(40)	8
Móveis, Máquinas e Utensílios	88	-	(38)	50
Veículos	38	-	(10)	28
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>109</b>	<b>(332)</b>	<b>1.997</b>

**11. Diferido**

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2013	31/12/2012
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.290	1.351
Amortização Acumulada		(1.082)	(1.014)
<b>Total</b>		<b>208</b>	<b>337</b>

**12. Contas a pagar****12.1 Obrigações a pagar**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos a efetuar diversos	260	354
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>354</b>

**12.2 Impostos e encargos sociais a recolher**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
IOF a recolher, IRRF retido na fonte, Imposto sobre Serviços – ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	268	284
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>284</b>

**12.3 Encargos trabalhistas**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Férias a pagar	413	484
Encargos Sociais	141	165
<b>Total</b>	<b>554</b>	<b>649</b>

### 13. Débitos de operações com seguros e resseguros

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Comissões e pró-labore sobre prêmios a receber	128	133
Outros	318	64
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>197</b>

### 14. Provisões técnicas – seguros e resseguros

#### a) Movimentação das provisões técnicas

Descrição	31/12/2013					
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	181.233	6.331	18.463	(42.889)	13.139	176.277
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	8.909	1.126	0	0	0	10.035
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados – IBNER	0	6.639	0	0	0	6.639
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	7.619	188	(3.483)	0	0	4.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.406	279	(375)	0	0	2.310
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	55	686	(685)	0	0	56
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	0	(16)	0	0	0
<b>Total</b>	<b>200.238</b>	<b>15.249</b>	<b>13.904</b>	<b>(42.889)</b>	<b>13.139</b>	<b>199.641</b>

Descrição	31/12/2012					
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	203.791	7.053	13.320	(53.411)	10.480	181.233
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	9.167	0	(258)	0	0	8.909
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	10.324	7.047	(9.752)	0	0	7.619
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.614	151	(359)	0	0	2.406
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	31	965	(941)	0	0	55
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	30	58	(72)	0	0	16
<b>Total</b>	<b>225.957</b>	<b>15.274</b>	<b>1.938</b>	<b>(53.411)</b>	<b>10.480</b>	<b>200.238</b>

Descrição	01/01/2012					
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial)	190.631	6.949	10.473	(19.342)	15.080	203.791
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	0	9.167	0	0	0	9.167
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	0	10.349	(25)	0	0	10.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.515	340	(241)	0	0	2.614
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	29	735	(733)	0	0	31
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	39	6	(15)	0	0	30
<b>Total</b>	<b>193.214</b>	<b>27.546</b>	<b>9.459</b>	<b>(19.342)</b>	<b>15.080</b>	<b>225.957</b>

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), registrada em 2013, apresentou reversão no exercício em função de: (i) aumento da taxa de juros (ETTJ) utilizada no cálculo dos fluxos projetados; (ii) readequação atuarial de apólices reativadas por decisão judicial; e (iii) reavaliação das coberturas adicionais, de acordo com estatísticas mais atualizadas.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), registrada em 2012, apresentou no exercício de 2012 uma movimentação elevada em função de (i) constituições de ajustes de estimativas em razão da redução da taxa de juros utilizada no cálculo dos fluxos projetados; e (ii) reversões em razão de decisões judiciais que contestavam a possibilidade de encerramento do contrato de seguro de forma unilateral, favoravelmente à Companhia. Esta decisão, dentro dos critérios estabelecidos em nota técnica atuarial própria, mencionados na nota explicativa 3.7.ii, possibilitou a reversão de parte da provisão.

**b) Composição das provisões técnicas líquida de resseguro**

Descrição	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	56	56	55	55	31	31
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.324	4.324	7.619	7.619	10.324	10.324
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	0	0	16	16	30	30
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	176.277	165.662	181.224	170.237	203.791	192.188
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	10.035	10.035	8.909	8.909	9.167	9.167
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	6.639	6.639	0	0	0	0
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.310	2.205	2.415	2.290	2.614	2.453
<b>Total</b>	<b>199.641</b>	<b>188.921</b>	<b>200.238</b>	<b>189.126</b>	<b>225.957</b>	<b>214.193</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.024</b>	<b>29.908</b>	<b>23.508</b>	<b>23.377</b>	<b>24.886</b>	<b>24.637</b>
<b>Não circulante</b>	<b>169.617</b>	<b>159.013</b>	<b>176.730</b>	<b>165.749</b>	<b>201.071</b>	<b>189.556</b>

#### 14.1 Provisão de sinistros a liquidar – circulante

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	13.412	13.406	11.888	11.800
Sinistros avisados	4.992	4.975	4.564	4.500
Ajustes de estimativas	(640)	(675)	(1.620)	(1.567)
Pagamentos	(1.148)	(1.101)	(1.420)	(1.327)
Atualização monetária e juros	34	34	-	-
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>16.650</b>	<b>16.639</b>	<b>13.412</b>	<b>13.406</b>

#### 14.2 Provisão de sinistros a liquidar – não circulante

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo anterior	167.821	156.839	191.904	180.389
Novas constituições no período	1.339	1.280	2.489	2.412
Baixa da provisão por êxito	(2.568)	(2.280)	(3.437)	324
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	21.671	21.681	18.376	15.060
Total pago no período	(41.741)	(41.596)	(51.991)	(51.234)
Atualização monetária e juros	13.105	13.098	10.480	9.888
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>159.627</b>	<b>149.022</b>	<b>167.821</b>	<b>156.839</b>

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 159.627 (R\$ 167.821 em 31/12/2012), estão provisionados na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar – não circulante”, e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dez/2002 e 1% a.m. a partir de jan/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.



Chances de Ocorrência	31/12/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*
Provável	998	112.379	112.379	951	100.218	100.218
Possível	1.212	127.032	62.112	1.786	178.356	85.466
Remota	1.047	128.225	0	973	98.664	0
<b>Total</b>	<b>3.257</b>	<b>367.636</b>	<b>174.491</b>	<b>3.710</b>	<b>377.238</b>	<b>185.684</b>

\* Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 14.864.

### 14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
No final do ano da divulgação	252.035	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.393	298.864
1 ano depois	5.515	(1.903)	(1.182)	(208)	(514)	246		1.954
2 anos depois	38.014	703	375	85	362			39.539
3 anos depois	42.217	555	100	328				43.200
4 anos depois	27.685	1.311	276					29.272
5 anos depois	26.022	1.108						27.130
6 anos depois	30.745							30.745
<b>Sinistros acumulados</b>	<b>422.233</b>	<b>22.154</b>	<b>7.196</b>	<b>5.748</b>	<b>4.603</b>	<b>4.377</b>	<b>4.393</b>	<b>470.704</b>
Pagamentos acumulados	(271.343)	(15.898)	(4.370)	(2.438)	(845)	(1.039)	(609)	(296.542)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>150.890</b>	<b>6.256</b>	<b>2.826</b>	<b>3.310</b>	<b>3.758</b>	<b>3.338</b>	<b>3.784</b>	<b>174.162</b>
PSL Retrocessão - IRB								2.115
<b>Total da Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>150.890</b>	<b>6.256</b>	<b>2.826</b>	<b>3.310</b>	<b>3.758</b>	<b>3.338</b>	<b>3.784</b>	<b>176.277</b>

### 14.4 Garantia das provisões técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de Prêmios não Ganhos	56	55
Provisão Complementar de Cobertura	4.324	7.619
Provisão Complementar de Prêmios	0	16
Provisão de Sinistros a Liquidar	176.277	181.233
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.310	2.406
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	6.639	0
Provisão de Despesas Relacionadas	10.035	8.909
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>199.641</b>	<b>200.238</b>
(-) Operações com Resseguradoras	(10.720)	(11.112)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>188.921</b>	<b>189.126</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	300.548	316.170
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>300.548</b>	<b>316.170</b>
<b>Suficiência</b>	<b>111.627</b>	<b>127.044</b>

## 15. Tributos diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 768 (R\$ 970 em 2012).

## 16. Provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

### 16.1 Provisões fiscais

#### INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores

pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 999 em 31 de dezembro de 2013. Para a demanda em questão a Companhia obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisões Fiscais	832	817
<b>Total</b>	<b>832</b>	<b>817</b>

### 16.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 8.291 (R\$ 11.763 em 2012).

Chances de Ocorrência	31/12/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	33	8.291	8.291	38	11.763	11.763
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>8.291</b>	<b>8.291</b>	<b>38</b>	<b>11.763</b>	<b>11.763</b>

### 16.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 27.483 (R\$ 22.685 em 2012).

Chances de Ocorrência	31/12/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	125	27.483	27.483	90	22.685	22.685
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>27.483</b>	<b>27.483</b>	<b>90</b>	<b>22.685</b>	<b>22.685</b>

**16.4 Movimentação das provisões judiciais**

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo anterior	817	11.763	22.685	35.265
Constituição	-	1.715	10.762	12.477
Reversão	-	(2.007)	(3.507)	(5.514)
Pagamentos	-	(3.076)	(9.743)	(12.819)
Atualização monetária e juros	15	(104)	7.286	7.197
<b>Total</b>	<b>832</b>	<b>8.291</b>	<b>27.483</b>	<b>36.606</b>

**17. Ativos e Passivos contingentes****Auto de infração**

A Companhia foi autuada em imposto de renda no valor aproximado de R\$ 6.246, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado em monta R\$ 11.194. (R\$ 10.670 em 2012). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é de possível.

**PIS e COFINS**

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a jun/2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

**18. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

**(b) Reserva de lucro**

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

**(c) Ações em tesouraria**

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº. 021/2003 e Processo S.F. nº. 002-262990/1999.

**(d) Dividendos**

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio.

**19. Prêmios emitidos líquidos**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Prêmios Emitidos	1.853	2.094
Prêmios Cancelados	(116)	(286)
Prêmios Restituídos	(160)	(57)
Prêmios de Retrocessões	-	4
<b>Total</b>	<b>1.577</b>	<b>1.755</b>

**20. Variações das provisões técnicas de prêmios**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Varição da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(1)	(24)
Varição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC	3.295	2.705
Varição da Provisão para Despesas Relacionadas - PDR	(1.126)	258
Varição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	14
<b>Total</b>	<b>2.184</b>	<b>2.953</b>

## 21. Sinistros ocorridos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Indenizações avisadas administrativas	(5.897)	(4.384)
Indenizações avisadas judiciais	(20.696)	(19.266)
Despesas com sinistros administrativos	(47)	(76)
Despesas com sinistros judiciais	(1.273)	(1.421)
Recuperação de sinistros	1.597	3.124
Salvados e Ressarcimentos	13	86
Variação da prov. sinistros ocorridos mas não avisados	96	199
Variação da prov. sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(6.639)	-
<b>Total</b>	<b>(32.846)</b>	<b>(21.738)</b>

## 22. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisões Judiciais	(7.468)	(10.234)
Provisão para Riscos de Créditos	(1.678)	(3.407)
Recuperação de Créditos Operacionais com seguradoras	8.896	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(219)	(267)
<b>Total</b>	<b>(469)</b>	<b>(13.908)</b>

## 23. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com Pessoal	(6.690)	(6.449)
Provisões Trabalhistas	256	(1.349)
Serviços de Terceiros	(1.059)	(920)
Localização e Funcionamento	(568)	(675)
Depreciação / Amortização	(458)	(400)
Publicações	(159)	(155)
Outras Despesas	(160)	(90)
<b>Total</b>	<b>(8.838)</b>	<b>(10.038)</b>

## 24. Despesas com tributos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com PIS / COFINS	(97)	(153)
Despesas com Taxa de Fiscalização	(598)	(598)
Despesas com Impostos Municipais / Estaduais	(207)	(197)
<b>Total</b>	<b>(902)</b>	<b>(948)</b>

**25. Resultado financeiro** – O montante de R\$ 8.500 (R\$ 25.154 em 2012), tem a seguinte composição:

### (a) Receitas financeiras

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receitas com ações	10	1.425
Quotas de Fundos de Investimentos	23.638	27.152
Operações de Seguros	22	14
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.176	6.975
Outras Receitas	53	149
<b>Total</b>	<b>28.899</b>	<b>35.715</b>

### (b) Despesas financeiras

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(13.132)	(9.889)
Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(7.197)	(613)
Outras Despesas	(70)	(59)
<b>Total</b>	<b>(20.399)</b>	<b>(10.561)</b>

## 26. Resultado patrimonial

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receitas com imóveis destinados à renda - alugueis	1.872	1.791
Despesas com depreciação / outras	(458)	(477)
<b>Total</b>	<b>1.414</b>	<b>1.314</b>

**27. Ganhos com ativos não correntes**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Resultado na alienação de investimentos / imobilizado	9.055	91
Outros	687	787
<b>Total</b>	<b>9.742</b>	<b>878</b>

Em 2013, o resultado na alienação de investimentos / imobilizado refere-se ao recebimento de R\$ 10.531, referente ao exercício do direito de retirada do capital IRB, conforme disposto no artigo 137, inciso I, da Lei nº 6.404/76, uma vez que a Assembleia Geral Extraordinária daquele Instituto deliberou à conversão das ações preferenciais em ordinárias, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9.

**28. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no exercício de 2013 o montante de R\$ 937 (R\$ 893 em 31/12/2013).

Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de aluguel com a Procuradoria Geral do Estado e a receita reconhecida no exercício de 2013 totalizou R\$ 1.872 (R\$ 1.791 em 31/12/2012).

**29. Conciliação do imposto de renda e contribuição social**



Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	(19.862)	(19.862)	(14.984)	(14.984)
( +/- ) Ajustes temporários	1.943	1.943	(11.797)	(11.797)
( +/- ) Ajustes permanentes	388	396	(345)	(337)
<b>Base de cálculo dos tributos</b>	<b>(17.531)</b>	<b>(17.523)</b>	<b>(27.126)</b>	<b>(27.118)</b>
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	-	-	-	-
Contribuição Social à alíquota de 15%	-	-	-	-
<b>Valor do IRPJ/CSLL</b>	-	-	-	-
Reversão / constituição de tributos diferidos	126	76	126	76
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados</b>	<b>126</b>	<b>76</b>	<b>126</b>	<b>76</b>

Os valores de ajustes temporários referem-se, basicamente, à reversão de provisões judiciais indedutíveis da apuração do lucro real.

### 30. Normas emitidas e ainda não adotadas

#### (a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 considerando que se trata de uma seguradora.

A adoção antecipada dessa norma está condicionada a aprovação pela SUSEP.

### 31. Eventos Subsequentes

#### (a) Medida Provisória nº 627/2013

A Administração efetuou a avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória nº 627 (MP 627), de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa RFB nº 1397 de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1422 de 19 de dezembro de 2013. Embora a MP 627 entre em vigor a

partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação, ou seja, pela desistência do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada. A Administração entende que não há efeitos passado e futuro oriundos dessa Medida Provisória pelo motivo não ter ajustes na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social oriundos do Regime Tributário de Transição (RTT), e desde 2012, não ter distribuído dividendos ou pago juros sobre capital próprio por apresentar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social.

## **Subscritores das Demonstrações Financeiras**

### **Conselho de Administração**

Andrea Sandro Calabi – Presidente

Hamilton Chohfi – Membro

Mauro Ricardo Machado Costa – Membro

Milton Luiz de Melo Santos – Membro

### **Diretoria Executiva**

Hamilton Chohfi – Diretor Presidente

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Diretor

### **Responsáveis Técnicos**

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci – Atuário MIBA nº. 1.044

Marcos da Paz da Silva – CRC 1SP218980/O-0